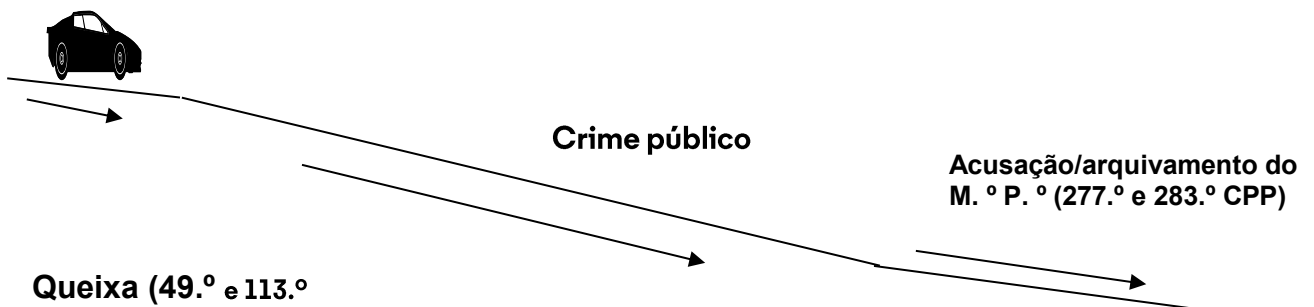
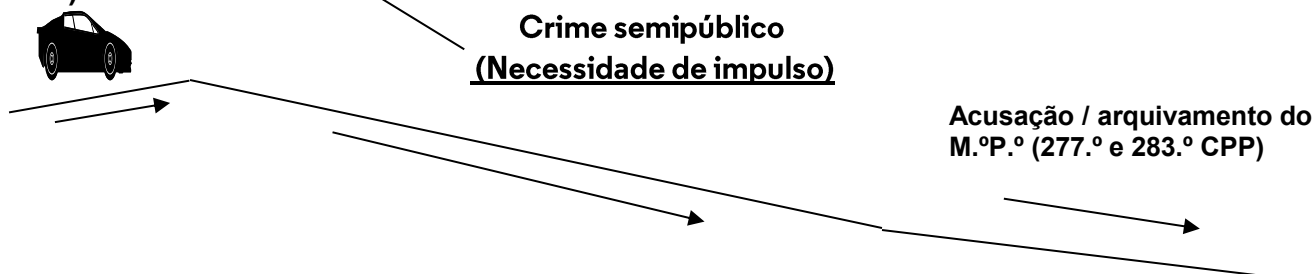


Notícia do crime	Direção do Inquérito	Encerramento
Denúncia	Ministério Público	Ministério Público ou
Queixa		Assistente

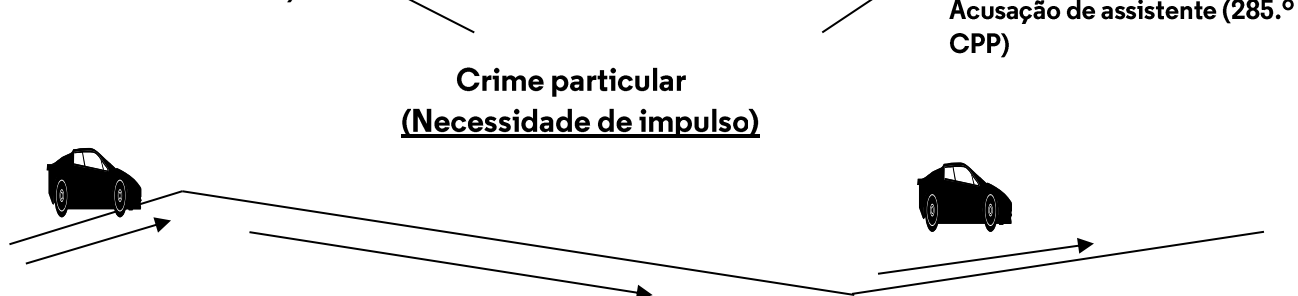
**Denúncia (48.º e 241.º
a 246.º CPP)**



**Queixa (49.º e 113.º
CP)**



**Queixa e Constituição
Assistente (50.º 246.º 4 e
68.º 2 CPP e 113.º CP)**



NOTA: Nos crimes públicos transmitida a notícia do crime ao M.º P.º por qualquer pessoa (obrigatória para as autoridades e para os funcionários nos termos definidos nos art.º 241.º a 244.º CPP), o processo é promovido e dará lugar, regra geral, a abertura de inquérito (art.º 262.º, 2 CPP)

Nos crimes semipúblicos e particulares a abertura de inquérito apenas ocorrerá se houver impulso do ofendido ou de quem o represente por disposição legal ou por estabelecimento de mandato, exercendo o direito de queixa, conforme art.º 49.º e 50.º CPP e 113.º a 117.º CP. Contudo, nos crimes particulares, para além, do exercício do direito de queixa será necessário a constituição como assistente (art. 50.º, 246.º n.º 4, última parte, e no prazo previsto no art. 68.º, 2 CPP). Posteriormente, nos crimes particulares, findo o inquérito, após notificação do M.º P.º, deve o fendido/assistente vir trazer novo impulso ao processo por dedução de acusação, sem o que não haverá objeto do processo e prossecução para julgamento (art.º 50.º e 285.º, n.º 1 CPP).